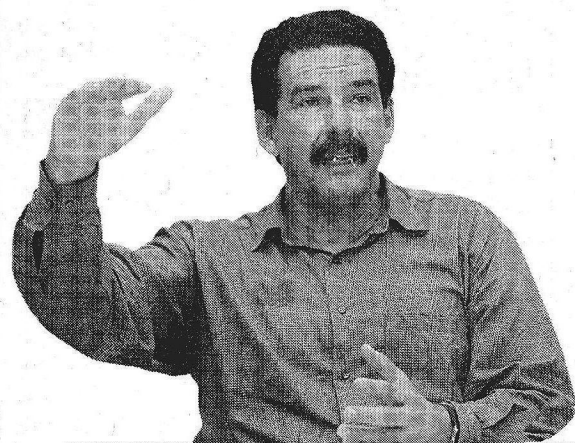


BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %) -0,92 São Paulo -0,71 Nova York	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos) 18.061 17.790 13/10 14/10 15/10 16/10 17/10	Título da dívida externa brasileira, na sexta (em US\$) 0,93 (▼ 0,70%)	Comercial, venda, sexta-feira (em R\$) 2,869 (▲ 0,67%) Últimas cotações (em R\$) 10/outubro 2,83 13/outubro 2,83 14/outubro 2,83 15/outubro 2,83 16/outubro 2,84	Turismo, venda (em R\$) 3,347 Estável	Onça troy na Comex de Nova York (em US\$) 372,90 Estável	Prebado, 30 dias (em % ao ano) 18,81	IPCA do IBGE (em %) Março/2003 1,23 Abril/2003 0,97 Maio/2003 0,61 Junho/2003 -0,15 Julho/2003 0,20

POLÍTICA ECONÔMICA

PIB do Brasil aumentou em média apenas 2,4% desde o final dos anos 70. Pouco investimento para a produção entrava o crescimento

Falta muito para o país crescer



Marcia Faleiro/AG 33.9.98

DIFICULDADES

"O PIB AUMENTARÁ 0,2% NESTE ANO E, NO MÁXIMO, 3% EM 2004, UM EFEITO ESTATÍSTICO, POIS A BASE DE COMPARAÇÃO É MUITO BAIXA"

Carlos Thadeu de Freitas Gomes, Economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Para um país que precisa crescer pelo menos 4,5% ao ano, o Brasil tornou-se uma grande decepção nos últimos 25 anos. Apesar dos espasmos de crescimento registrados em alguns anos desde o final da década de 70, o país contabilizou expansão média de apenas 2,4% desde então. Essa taxa é considerada insuficiente para absorver o aumento populacional — de 1,93% nos anos 80 e de 1,64% entre 1991 e 2000 — e distribuir riqueza. A estagnação da economia brasileira agravou-se a partir de 1998, quando as armadilhas para a retomada do desenvolvimento ficaram evidentes. Excluindo da conta o ano de 2000, no qual o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 4,4%, o Brasil cresceu somente 1% na média anual dos últimos cinco anos. Índice que provocou forte retração na renda per capita do

país, fez explodir o desemprego, ampliou o abismo entre pobres e ricos e mostrou que o tão sonhado crescimento sustentado ainda está bem distante da realidade.

Limitação

"As limitações para o crescimento são imensas no Brasil. Não foi em 2003 que a retomada aconteceu nem será em 2004, como alardeia o governo Lula", diz o professor Simão Davi Silber, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP). Tal posição é endossada pelo economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que ressalta: "O PIB aumentará 0,2% neste ano e, no máximo, 3% em 2004, um efeito estatístico, pois a base de comparação é muito baixa".

Na ponta do lápis, Simão reforça sua previsão. Os investimentos líquidos no Brasil para o aumento da produção somam apenas R\$

140 bilhões, o equivalente a 10% do PIB. "Não há, na história da economia mundial, um país que tenha conseguido crescer com taxa tão baixa de investimentos", acrescenta Marcelo Ávila, economista-chefe da Consultoria Global Station. "Trata-se de uma limitação estrutural", emenda Alexandre Póvoa, coordenador da Comissão de Economia e Mercados da Associação e do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro.

Pelas contas de Póvoa, há pelo menos 20 anos o Brasil não investe no aumento da produção. "Os Estados Unidos cresceram a taxas exuberantes na década de 90 e, mesmo assim, o índice de ociosidade das indústrias daquele país permaneceu em 27%. No Brasil, que não cresceu nada nos últimos 25 anos, a ociosidade está em 18%", diz. Ou seja, o Brasil não pode crescer muito porque seu parque produtivo não dá conta de atender a demanda interna, sendo obrigado a aumentar as

importações, com forte impacto na balança comercial. Com a produção voltada para o mercado doméstico, as exportações desabam e o país corre o risco de ampliar sua necessidade de financiamento externo. "O que pode ser um suicídio, como se viu a partir de 1995. Desse ano até 2002, o Brasil precisou de US\$ 200 bilhões para fechar as contas externas", frisa Simão Silber.

O baixo volume de investimentos começou a se acentuar no início dos anos 80, com o descontrole das finanças públicas. Apenas naquela década, o governo perdeu o equivalente a 11% do PIB em poupança e o desequilíbrio em suas contas o levou a avançar com apetite voraz sobre a poupança privada, deixando pequena quantidade de recursos para o crédito. A inflação galopante, no entanto, mascarou esse descontrole por muito tempo. Mas, com a queda do índice que mede o aumento dos preços a partir de 1995,

a dívida pública revelou-se um monstro que representa hoje quase 60% do PIB e obriga o governo a pagar juros de países em crise.

A explosão da dívida aconteceu mesmo com o governo empurrando a carga tributária de 26% para 40% do PIB nos últimos dez anos. "O excesso de impostos mata o setor privado, pois inibe a capacidade de investimentos e retira renda do consumo", afirma o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Júlio Sérgio Gomes de Almeida. "O pior é que a reforma tributária que está tramitando no Congresso não corrige tais distorções. Pelo contrário, pode piorá-las", alerta.

Poupança interna

Mais otimista, Nuno Câmara, economista do Dresdner Bank em Nova York, diz que o cenário atual, se não permite ao governo encenar o espetáculo do crescimento prometido pelo presidente Lula, pelo menos indica que pior não

pode ficar. A seu ver, a reforma da Previdência é um sinal importante de que o governo está atacando o desequilíbrio de suas finanças pelas despesas e não pelo aumento de impostos, como foi rotina na administração passada. Ele diz ainda que essa reforma é um importante instrumento para a expansão da poupança interna, que está em 18% do PIB, o menor patamar dos últimos 20 anos.

Alexandre Póvoa vai além. Para ele, pela primeira vez, em um quarto de século, o Brasil está conjugando um quadro de controle nas finanças públicas e um forte ajuste nas contas externas. "Está passando o tempo em que diante de qualquer espirro no mercado internacional o Brasil pegava pneumonia", afirma. Segundo o economista, o cenário externo sinaliza um período de calma para o próximo ano. Um período propício para o governo aprofundar o dever de casa, isto é, as reformas estruturais.

O BRASIL EM MARCHA LENTA

